

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

PROJETO DE LEI Nº 9327, DE 2018

Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural

Autor: Deputado Julio Lopes

Relator: Deputado Lelo Coimbra

PARECER

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Julio Lopes, dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural. A prática atual consiste em o emitente remeter os dados das transações mercantis ou de prestação de serviços a uma instituição financeira para emissão de boletos enviados aos devedores. Na hipótese de o boleto bancário retratar fielmente os elementos da duplicata, considera-se que esse título foi emitido de forma eletrônica.

Em que pese haver disposições legais que dão margem à emissão na forma referida, ainda prevalece uma situação de insegurança jurídica, razão pela qual o presente PL prevê expressamente que a duplicata pode ser emitida de forma escritural.

De acordo com o PL, a emissão escritural desse título deve ser realizada mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas, cabendo ao Banco Central do Brasil autorizar essas entidades a exercer a atividade de escrituração.

Além disso o texto prevê que o operador do sistema eletrônico de escrituração ou o depositário central, na hipótese de a duplicata emitida sob a forma escritural ser depositada, deverá expedir, a pedido de interessado, certidão de inteiro teor do título.

*Parecer aprovado em
Plenário em 6/6/2018
ou 17h58.*

L. Coimbra

Por fim, estabelece que são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que vedam, limitam ou oneram, de forma direta ou indireta, a emissão ou a circulação de duplicatas emitidas sob a forma cartular ou escritural.

É o relatório.

II – VOTO

A proposta apresentada é meritória uma vez que visa aperfeiçoar a duplicata, adequando o título às inovações tecnológicas. Entendo que a medida tende a dar maior dinamicidade ao mercado desses papéis, beneficiando principalmente pequenos e médios negócios e os consumidores em geral. *Microocorrências (dupl.)*

Informo que foram apresentadas onze emendas no âmbito da comissão, distribuídas por assunto, a seguir, para fins de explanação:

- a) Proposição de texto substitutivo: emendas nºs. 1 e 6;
- b) Substituição da expressão “certidão de inteiro teor” por “extrato de inteiro teor”: emenda nº 3;
- c) Alteração do rol de atividades que devem ocorrer no sistema de escrituração: emendas nºs 4 e 10.
- d) Previsão de que as cláusulas nulas de pleno direito tornam ineficaz o pagamento realizado a quem não for o legítimo credor da duplicata cartular ou escritural: emenda nº 9;
- e) Previsão de valores para o registro de duplicata: emenda nº 8;
- f) Exclusão da cláusula de inegociabilidade da certidão de inteiro teor: emenda nº 11; e
- g) Disposição sobre o protesto de títulos: emendas nºs 2, 5, 7.

Sobre o assunto, no que tange à emenda nº 3, entendo oportuno acatá-la parcialmente, diante do fato de que a expressão “certidão” é tipificação própria para os documentos expedidos por órgão público ou das funções da fé pública, não sendo adequada a sua utilização para documentos expedidos por entidades privadas, sendo o termo “extrato” a terminologia mais apropriada.

No que se refere às emendas nºs 4, 10 e 11, destaco que a inclusão do aceite como ato que deve constar do sistema eletrônico está em conformidade com as características da duplicata. Registro, porém, que a previsão de que o sistema contenha mecanismo de aceite não vincula a validade do título a esse ato cambial, dado que o devedor poderá, por meio eletrônico, recusar, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a duplicata escritural apresentada. Nessa hipótese, ainda que não seja objeto de aceite, é plenamente válida a duplicata emitida por credor que comprove a entrega da mercadoria na forma acordada.

Sobre esse assunto, entendo oportuno incluir dispositivos ao texto proposto, estabelecendo que o sistema eletrônico de escrituração deve dispor de mecanismos que permitam ao sacador e sacado comprovarem, por quaisquer meios de prova admitidos em direito, a entrega e o recebimento das mercadorias ou da prestação do serviço, devendo a apresentação das provas ser efetuada em meio eletrônico. *Leon*

Também nesse caso, faço a ressalva de que a obrigatoriedade de que essa funcionalidade conste do sistema não significa que a validade do título esteja vinculada à inserção de prova de pagamento nesse sistema. Trata-se de uma faculdade conferida às partes, que pode facilitar a execução do título.

Não obstante, a previsão de prática de endosso e aval sem qualquer limitação ou restrição é desnecessária, uma vez que não há limite de circularidade da duplicata, seja cartular ou escritural. Alternativamente, proponho incluir dispositivo prevendo que os endossantes e avalistas indicados pelo apresentante ou credor como garantidores do cumprimento da obrigação constarão como tal dos extratos da duplicata escritural.

Também entendo ser desnecessária a emenda nº 9, tendo em vista o disposto no art. 308 do Código Civil, que estabelece *ipsis litteris*: “Art. 308. O pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito”.

No que tange à emenda nº 8, entendo que o objeto extrapola o estabelecido no PL em exame, não sendo oportuno acatá-la.

Em relação à emenda 11, sugiro manter intocada a redação original, pois a cláusula de inegociabilidade se refere ao extrato do título, o que não conflita com o requisito legal da livre circulação da duplicata.

Ainda, informo que as emendas relativas ao protesto de títulos foram acatadas parcialmente. Entendemos que a eventual dispensa do protesto dos títulos de crédito, de forma ampla, não deve ser tratada no PL em comento. A matéria da proposta legislativa é regular especificamente a duplicata emitida sob a forma escritural, sendo a ela aplicáveis as normas atinentes à duplicata cartular, salvo disposição expressa em contrário. Nesse sentido, proponho excluir o dispositivo que torna o protesto facultativo.

Não obstante, em razão das inovações tecnológicas e com o objetivo harmonizar o ato de protesto às disposições desse PL, considero importante prever que o extrato também pode ser utilizado para o protesto, observadas as condições previstas. Além disso, proponho estabelecer que os tabeliões de protesto devem manter, em âmbito nacional, uma central nacional de serviços eletrônicos compartilhados.

Adicionalmente, informo que sofre de vício formal qualquer projeto de lei de iniciativa de parlamentar que atribua competência a órgão específico do Poder Executivo, conforme o previsto no art. 61, § 1º, II, alínea ‘e’, da Constituição Federal. O objetivo do dispositivo é resguardar a própria função presidencial de exercer a direção superior da Administração Pública Federal (CF, art. 84, II). Dessa maneira, proponho a alterar o PL nos dispositivos que atribuem competência específica ao Banco Central do Brasil, indicando, em substituição à designação particular, uma indicação genérica à órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta. Nada impede que, na sequência da edição da lei, essa competência específica seja atribuída ao Banco Central do Brasil por meio de Decreto Presidencial.

Isso posto, apresento meu voto favorável ao PL proposto, na forma do substitutivo a seguir.

Comunhu

PROJETO DE LEI Nº 9.327, DE 2017

SUBSTITUTIVO

(Do Sr. Deputado Índio da Costa)

Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural e dá outras providências

Art. 2º A duplicata de que trata a Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, pode ser emitida sob a forma escritural, para circulação como efeito comercial, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º A emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por quaisquer das entidades que exerçam a atividade de escrituração de duplicatas escriturais.

§ 1º As entidades de que trata o *caput* deverão ser autorizadas, por órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta, a exercer a atividade de escrituração de duplicatas.

§ 2º No caso da escrituração de que trata o *caput*, feita por Central Nacional de Registro de Títulos e Documentos, após autorizada a exercer a atividade prevista no *caput*, nos termos do § 1º, a referida escrituração caberá ao Oficial de Registro do domicílio do emissor da duplicata.

§ 3º Se o Oficial de Registro de que trata o § 2º não estiver integrado ao sistema central, essa competência será transferida para a Capital da respectiva entidade federativa.

§ 4º O valor total dos emolumentos cobrados pela central nacional de que trata o § 2º para a prática dos atos descritos nesta lei será

CComunha

fixado pelos Estados e pelo Distrito Federal, observado o valor máximo de R\$1,00 (um real) por duplicata.

Art. 4º Deverão ocorrer no sistema eletrônico de que trata o art. 3º, relativamente à duplicata emitida sob a forma escritural, a escrituração, no mínimo, dos seguintes aspectos:

I - apresentação, aceite, devolução e formalização da prova do pagamento;

II - controle e transferência da titularidade;

III – prática de atos cambiais sob a forma escritural, tais como endosso e aval;

IV – inclusão de indicações, informações ou de declarações referentes à operação com base na qual a duplicata foi emitida ou ao próprio título; e

V – inclusão de informações a respeito de ônus e gravames constituídos sobre as duplicatas.

§ 1º O gestor do sistema eletrônico de escrituração deverá realizar as comunicações dos atos de que trata o **caput** ao devedor e aos demais interessados.

§ 2º O órgão ou entidade da administração federal de que trata o parágrafo ^{1º} ~~único~~ do art. 3º poderá definir a forma e os procedimentos que deverão ser observados para a realização das comunicações previstas no § 1º deste artigo.

§ 3º O sistema eletrônico de escrituração de que trata o **caput** disporá de mecanismos que permitam ao sacador e sacado comprovarem, por quaisquer meios de prova admitidos em direito, a comprovação da entrega e recebimento das mercadorias ou da prestação do serviço, devendo a apresentação das provas ser efetuada em meio eletrônico.

§ 4º Os endossantes e avalistas indicados pelo apresentante ou credor como garantidores do cumprimento da obrigação constarão como tal dos extratos de que trata o art. 6º.

Art. 5º Constituirá prova de pagamento, total ou parcial, da duplicata emitida sob a forma escritural a liquidação do pagamento em favor do legítimo credor, utilizando-se qualquer meio de pagamento existente no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.

Wassu

Parágrafo único. A prova de pagamento de que trata o **caput** deverá ser informada no sistema eletrônico de escrituração referido no art. 3º, com referência expressa à duplicata amortizada ou liquidada.

Art. 6º Os gestores dos sistemas eletrônicos de escrituração de que trata o art. 3º ou os depositários centrais, na hipótese de a duplicata emitida sob a forma escritural ter sido depositada na forma de que trata a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, expedirão, a pedido de qualquer solicitante, extrato do registro eletrônico da duplicata.

§ 1º Deverão constar do extrato expedido, no mínimo:

I - a data da emissão e as informações referentes ao sistema eletrônico de escrituração no âmbito do qual a duplicata foi emitida;

II - os elementos necessários à identificação da duplicata, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968;

III - a cláusula de inegociabilidade; e

IV - as informações acerca dos ônus e gravames.

§ 2º O extrato de que trata o *caput* pode ser emitido em forma eletrônica, observados requisitos de segurança que garantam a autenticidade do documento.

§ 3º O sistema eletrônico de escrituração de que trata o art. 3º deverá manter em seus arquivos cópia eletrônica dos extratos emitidos.

§ 4º Será gratuita a qualquer solicitante a informação, prestada por meio da rede mundial de computadores, de inadimplementos registrados em relação a determinado devedor.

Art. 7º A duplicata emitida sob a forma escritural e o extrato de que trata o art. 6º desta Lei são títulos executivos extrajudiciais, devendo-se observar, para sua cobrança judicial, o disposto no art. 15 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

Art. 8º A Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do art. 41-A, e com as seguintes alterações ao seu art. 8º, sendo que o atual parágrafo único do art. 8º será renumerado como § 1º:

“Art. 8º

.....

§ 1º

assinatura

§ 2º Os títulos e documentos de dívida mantidos sob a forma escritural nos sistemas eletrônicos de escrituração ou nos depósitos centralizados de que trata a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, poderão ser recepcionados para protesto por extrato, desde que atestado por seu emitente, sob as penas da lei, que as informações conferem com o que consta na origem.” (NR)

“Art. 41-A. Os Tabeliães de Protesto manterão, em âmbito nacional, uma central nacional de serviços eletrônicos compartilhados que prestará, ao menos, os seguintes serviços:

I - escrituração e emissão de duplicata sob a forma escritural, observando-se o disposto na legislação específica, inclusive quanto ao requisito de autorização prévia para o exercício da atividade de escrituração pelo órgão supervisor e aos demais requisitos previstos na regulamentação por ele editada;

II - recepção e distribuição de títulos e documentos de dívida para protesto, desde que escriturais;

III - consulta gratuita quanto a devedores inadimplentes e aos protestos realizados, aos dados desses protestos e dos tabelionatos aos quais foram distribuídos, ainda que os respectivos títulos e documentos de dívida não sejam escriturais;

IV - confirmação da autenticidade dos instrumentos de protesto em meio eletrônico; e

V - anuência eletrônica para o cancelamento de protestos.

§ 1º. A partir da implementação da central de que trata o caput, os Tabelionatos de Protesto disponibilizarão ao Poder Público, por meio eletrônico e sem ônus, o acesso às informações constantes em seus bancos de dados.

§ 2º É obrigatória a adesão imediata de todos os tabeliães de protesto do país ou responsáveis pelo expediente à Central nacional de serviços eletrônicos compartilhados de que trata o caput, sob pena de responsabilização disciplinar nos termos do art. 31, I, da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.”

Art. 9º Os lançamentos no sistema eletrônico de que trata o art. 3º substituem o Livro de Registro de Duplicatas, previsto no art. 19 da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

acomh

Art. 10. São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que vedam, limitam ou oneram, de forma direta ou indireta, a emissão ou a circulação de duplicatas emitidas sob a forma cartular ou escritural.

Art. 11. O órgão ou entidade da administração federal de que trata o parágrafo ~~único~~ do art. 3º poderá regulamentar o disposto nesta Lei, inclusive quanto à forma e periodicidade do compartilhamento de registros, à fiscalização da atividade de escrituração de duplicatas escriturais, aos requisitos de funcionamento do sistema eletrônico de escrituração e às condições de emissão, de negociação, de liquidação e de escrituração da duplicata emitida sob a forma escritural.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento desta Lei ou da regulamentação de que trata o *caput*, serão aplicáveis as disposições da Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, pelo órgão ou entidade da administração federal de que trata o parágrafo ~~único~~ do art. 3º.

Art. 12. Às duplicatas escriturais são aplicáveis, de forma subsidiária, as disposições da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968.

§ 1º A apresentação da duplicata escritural será efetuada por meio eletrônico, observando-se os prazos determinados pelo órgão ou entidade da administração federal de que trata o parágrafo ~~único~~ do art. 3º desta Lei ou, na ausência dessa determinação, o prazo de dois dias úteis de sua emissão.

§ 2º O devedor poderá, por meio eletrônico, recusar, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, a duplicata escritural apresentada, ou, observando o mesmo prazo e meio, aceitá-la.

§ 3º Para fins de protesto, a praça de pagamento das duplicatas escriturais de que trata a o art. 2º, § 1º, VI, da Lei nº 5.474, de 18 de julho de 1968, deverá coincidir com o domicílio do devedor, segundo a regra geral dos arts. 75, § 1º, e 327 do Código Civil, salvo convenção expressa entre as partes, demonstrando a concordância inequívoca do devedor.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor após decorridos 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial.

Leonilda